



AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

Nº: 008/2020

Data: 19/03/2020

A SEMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Aracaju, no uso das suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 4.594 de 18 de novembro de 2014, expede **Autorização Ambiental - AA**.

NOME: José Sales Neto.

EMPREENDIMENTO: Empresa Sergipana de Turismo S.A..

CPF/CNPJ.: 13.076.534/0001-43.

ATIVIDADE LICENCIADA: Escoreamento das Duas Últimas Lajes e Substituição da Cobertura da Torre do Antigo Hotel Palace.

ENDEREÇO: Praça General Valadão, Rua Itabaianinha e Rua Geru, s.n., Bairro Centro.

MUNICÍPIO: ARACAJU - SERGIPE.

A REALIZAR OS SERVIÇOS E OBRAS NAS SEGUINTE CONDIÇÕES:

1. Esta Autorização Ambiental refere-se exclusivamente a Escoreamento das Duas Últimas Lajes e Substituição da Cobertura da Torre do Antigo Hotel Palace, localizado na Praça General Valadão, Rua Itabaianinha e Rua Geru, s.n, Bairro Centro, nesta capital.
2. Esta Autorização está sendo expedida com base no que prevê o art. 2º e 3º da Legislação Municipal Nº4.594/14 e Anexo I da Resolução CEMA 06/08.
3. O empreendedor deverá obedecer aos limites de emissão de ruído estabelecidos na NBR 10.151 e 10.152 da ABNT, referenciadas pela Resolução CONAMA 01/90 e pelas Leis municipais 1.789/92 e 2.410/96.
4. Esta Autorização deverá ser encaminhada para publicação em jornal de grande circulação, em conformidade com a Resolução CONAMA 06/86, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de sua emissão, devendo ser encaminhada cópia da publicação à SEMA.
5. O empreendedor deverá executar as atividades de acordo com os Projetos e Memorial Descritivo apresentados à SEMA.
6. O empreendedor deverá manter esta Autorização em local visível no empreendimento e à disposição da fiscalização ambiental.
7. O empreendimento, em sua atividade, não deverá gerar odor e/ou poluição que causem incômodos ou danos à população da circunvizinhança e ao meio ambiente.
8. O empreendimento deverá obedecer aos limites de emissão de ruído estabelecidos na NBR 10.151 e 10.152 da ABNT, referenciadas pela Resolução CONAMA 01/90 e pelas Leis Municipais 1.789/92 e 2.410/96.
9. O responsável pelo empreendimento deverá requerer a Renovação da Autorização com antecedência mínima de 60 dias da expiração da validade desta Licença.
10. O responsável pelo empreendimento deverá apresentar juntamente com o pedido de Renovação desta Autorização:

- Em caso de mudança do responsável técnico, Termo de Responsabilidade Ambiental - TRA, Roteiro de Caracterização do Empreendimento - RCE e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART atualizados.

11. Caso o canteiro de obras esteja em local diferente ao da obra e/ou executar atividades consideradas de médio e alto impacto, deverá ser requerido o licenciamento ambiental específico para o canteiro de obras.
12. Os materiais de empréstimo utilizados nas obras deverão ser oriundos de jazidas devidamente licenciadas pelo DNPM.
13. O concreto a ser utilizado no referido empreendimento deverá ser oriundo de usina devidamente licenciada, de acordo com as Resoluções Conama nº 03/1990 e nº 382/2006.
14. O transporte e destinação dos resíduos da construção civil gerados deverão ser realizados por empresa licenciada por órgão ambiental competente.
15. O empreendedor deverá manter o Controle de Transporte de Resíduos (CTR) atualizado, acompanhado dos documentos comprobatórios da coleta e da destinação final.
16. A recuperação de motores, serviços mecânicos dos equipamentos e troca de óleo deverão ser realizados em locais apropriados, assegurando-se que os resíduos não atinjam ecossistemas, recursos hídricos de superfície e aquíferos.
17. Os resíduos sólidos e de origem doméstica, gerados durante a instalação do empreendimento deverão ser dispostos em recipientes adequados destinados à coleta pública, não sendo permitida queima ao ar livre, incineração e disposição a céu aberto.
18. Os resíduos sólidos gerados durante a execução da obra deverão ser gerenciados de acordo com o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), obedecendo às diretrizes, critérios e procedimentos estabelecidos na Resolução CONAMA nº 307/2002 e a Lei Municipal 4.452/2013.
19. As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor e poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização.
20. Na ocorrência de quaisquer acidentes ou vazamentos deverá ser comunicado à SEMA, após a constatação e/ou conhecimento isolado ou solidariamente, pelos responsáveis pelo estabelecimento e pelos equipamentos e sistemas.
21. Os responsáveis pelo empreendimento, pelos equipamentos e sistemas, independentemente da comunicação da ocorrência de acidentes ou vazamentos, deverão adotar as medidas emergenciais requeridas pelo evento, no sentido de minimizar os riscos e os impactos às pessoas e ao meio ambiente.
22. No caso de desativação, o estabelecimento fica obrigado a apresentar plano de encerramento das atividades, a ser aprovado pela SEMA.
23. Qualquer alteração e/ou ampliação na área ou atividade da empresa deverá ser imediatamente apresentada à SEMA para respectiva avaliação.
24. Caso seja constatada omissão de informações ou uso de afirmações falsas ou inverídicas nos documentos que subsidiaram a emissão desta Autorização, caberá a SEMA:
 - A suspensão imediata da Autorização Ambiental e imposição de multa na forma da legislação ambiental vigente;
 - A denúncia do responsável técnico ao respectivo Conselho de Classe responsabilizando-o conjuntamente ao empreendedor pela multa e demais medidas punitivas;
 - O envio de cópias dos procedimentos adotados para conhecimento do Ministério Público.
25. Perante à SEMA, a empresa é responsável pela implementação dos Planos, Programas e Medidas Mitigadoras e por qualquer tipo de acidente (intencional ou ocasional) que venha ocorrer na fase de operação.
26. O empreendedor responderá civil, penal e administrativamente por danos causados à vida, à saúde e ao meio ambiente em decorrência do uso inadequado desta Autorização.

27. Esta Autorização Ambiental não exclui a aprovação das operações, procedimentos e instalações de competência do Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Vigilância Sanitária, assim como, outras Licenças exigidas pelas Legislações Federal, Estadual e Municipal com jurisdição na área.
28. O descumprimento das condições aqui estabelecidas implicará na aplicação das penalidades previstas na Legislação Ambiental vigente.
29. A SEMA, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente Autorização, quando ocorrer:
- Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a Autorização;
 - Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde;
 - Superveniência de normas técnicas e legais sobre o assunto;
 - Inadequação de quaisquer condicionantes.

ESTA AUTORIZAÇÃO É VÁLIDA PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, CONFORME PREVISTO NO ART. 20, INCISO V DA LEI MUNICIPAL 4.594/14, PROTOCOLO SEMA 0344/2020 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2020 E PARECER TÉCNICO 152/2020 DLA/SEMA DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020.


Diretora de Licenciamento Ambiental
Ivana Silva Sobral


Secretário Municipal do Meio Ambiente
Alan Alexander Mendes Lemos



